



247

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Apelação Cível n. 0126782-9 –Comarca: Recife – Vara: 9ª Cível.

Apelantes: CELPOS – Fundação Celpe de Seguridade Social e OUTRO.

Apelados:: Acilon Alves de Lima e OUTROS.

Des. Relator: Antônio Carlos Alves da Silva

5ª. Câmara Cível.

5441
247-250

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO CONFIGURADA. ILEGITIMIDADE PARA A CAUSA. EXCLUSÃO DA CELPE DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. CONTRATO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. BENEFÍCIO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ABONO DE EMERGÊNCIA. NATUREZA INDENIZATÓRIA. AUSÊNCIA DE INCORPORAÇÃO AO VALOR DO SALÁRIO. APELO PROVIDO. PEDIDO INICIAL JUGADO IMPROCEDENTE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 126782-9, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quinta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, sessão 16 / 12 / 09 09 - em dar provimento ao recurso para reformar a sentença vergastada, julgando improcedente o pedido atrial nos termos do voto do Desembargador Relator, que fica fazendo parte integrante desse julgado.

Recife, 16 de 12 de 2009.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



247-A

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Apelação Cível n. 0126782-9 –Comarca: Recife – Vara: 9ª Cível.
Apelantes: CELPOS – Fundação Celpe de Seguridade Social e OUTRO.
Apelados:: Acilon Alves de Lima e OUTROS.
Des. Relator: Antônio Carlos Alves da Silva
5ª. Câmara Cível.

RELATÓRIO

Cuida-se de recursos de apelação interpostos em face de sentença que em ação ordinária de revisão de suplementação de benefício, com a cobrança das parcelas atrasadas, cumulado com pedido de tutela antecipada em face da CELPOS – Fundação de Seguridade Social e CELPE – Companhia Energética de Pernambuco, julgou procedente a pretensão, conforme se vislumbra nas fls. 453/455.

Registre-se que foram apresentados Embargos de Declaração pela CELPOS nas fls. 457/466, que não foi acolhido pelo juízo sentenciante, conforme se observa nas fls. 468/469.

Às fls. 474/502 constam as razões recursais apresentadas pela Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS, onde preliminarmente alega a inépcia da inicial pela indeterminação do pedido e, no mérito, aduz que os abonos não estão incluídos no salário real de contribuição dos apelados.

Razões de apelação de fls. 507/522, apresentadas pela CELPE, - Companhia Energética de Pernambuco onde sustenta ilegitimidade ad causam; inépcia da inicial; que por não serem os abonos revestidos de natureza salarial, não podem ser incorporados ao valor da prestação do benefício.

Contra-razões apresentadas às fls. 531/540, na qual os apelantes rechaçam todos os argumentos das razões recursais, requerendo seja este recurso julgado improcedente em todos os seus termos, mantendo-se incólume a sentença recorrida.

É o breve Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 18 de 12 de 2009

ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA
Relator



247-13

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Apelação Cível n. 0126782-9 –Comarca: Recife – Vara: 9ª Cível.

Apelantes: CELPOS – Fundação Celpe de Seguridade Social e OUTRO.

Apelados:: Acilon Alves de Lima e OUTROS.

Des. Relator: Antônio Carlos Alves da Silva

5ª. Câmara Cível.

Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça;

Necessário se faz para a resolução desta questão, analisar individualmente as preliminares apresentados pelas apelantes.

Da ilegitimidade ad causam da CELPE:

Os apelados são ex-funcionários da CELPE – Companhia Energética de Pernambuco, os quais reclamam a incorporação do abono no valor da prestação a eles devida pela CELPOS. Ora, quem paga a complementação é a fundação CELPOS, que é o administrador de previdência privada, cabendo a CELPE apenas o repasse das contribuições dos seus empregados para o fundo de previdência.

Ressalte-se que a CELPE e a CELPOS são pessoas jurídicas distintas, com patronos distintos constituídos nessa contenda. A CELPOS, portanto, é uma fundação de assistência dos ex-empregados da CELPE.

Em face do acima exposto, acolho tal alegação para excluir a CELPE – Companhia Energética de Pernambuco do pólo passivo da relação, invertendo-se a condenação em verba de sucumbência.

Assim, voto no sentido de excluir a CELPE do pólo passivo da relação processual.

É como voto.

Recife,

de

de 2009

ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA

Relator



248

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Apelação Cível n. 0126782-9 –Comarca: Recife – Vara: 9ª Cível.

Apelantes: CELPOS – Fundação Celpe de Seguridade Social e OUTRO.

Apelados: Acilon Alves de Lima e OUTROS.

Des. Relator: Antônio Carlos Alves da Silva

5ª. Câmara Cível.

Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhor(a) Procurador(a) de
Justiça;

Da inépcia da petição inicial

A CELPOS afirma ser inépcia a inicial ao argumento de que os pedidos ali
formulados não se encontram determinados.

Entendo não merecerem acolhimento estes argumentos, uma vez que da
leitura da peça vestibular, compreende-se claramente os limites do pleito dos
apelados.

Demais disso, o artigo 286 do Código de Processo Civil dispõe no no
sentido de poder a autora formular pedido genérico.

Para tanto, colaciono jurisprudência nesse sentido, senão vejamos:

AÇÃO DE COBRANÇA (...) INÉPCIA DA INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA.
(...). Não é inepta a inicial que indica o objeto e a causa d pretensão.
Possibilidade de pedido genérico, a partir da indicação do queé
devido, postergando o quando É devido para fase ulterior. 2
CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. TERMOS INICIAIS. (...) Preliminares rejeitadas. Recurso improvido. Unânime. (Apelação Cível
Nº 70017947763, TJRS, 10ª Câmara Cível, Rel. Des. Jorge Alberto
Schreiner Pestana, julgado em 26/07/2007, sem grifos no original).

Assim, voto no sentido de não acolher a preliminar de inépcia da inicial,
em face aos argumentos acima expostos.

É como voto.

Recife,

de

de 2009

ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA
Relator



249

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Apelação Cível n. 0126782-9 – Comarca: Recife – Vara: 9ª Cível.

Apelantes: CELPOS – Fundação Celpe de Seguridade Social e OUTRO.

Apelados: Acilon Alves de Lima e OUTROS.

Des. Relator: Antônio Carlos Alves da Silva

5ª. Câmara Cível.

Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça;

VOTO DE MÉRITO.

Pretendem os apelantes a reforma da sentença que cuidou em reconhecer a natureza salarial dos abonos de emergência, determinando a sua incorporação ao cálculo do valor da prestação de benefício de previdência privada.

Entendo, assim, que o cerne da questão reside no fato de se aferir se os valores anteriormente pagos pela CELPE, a seus funcionários da ativa, a título de abono referem-se a reajustes salariais ou não, isso em face da paridade prevista no item 15 do Regulamento da CELPOS. (fls. 265v).

O que se observa nos acordos coletivos de trabalho juntado a estes autos, (fls. 07/09), e que estes prevêem o pagamento em parcela única ou em prestações temporárias, do referido abono de emergência, também chamado simplesmente abono, aos funcionários da CELPE – Companhia Energética de Pernambuco, em atividade, ressaltando a ausência de sua natureza salarial e a impossibilidade de sua compensação.

Assim, é de se constatar que, em virtude do seu caráter indenizatório e pontual, o benefício pactuado – abono emergencial, não foi incorporado ao valor do salário, não ocorrendo tampouco continuidade no pagamento das prestações.

É sabido ainda que a suplementação do benefício repousa em base contributiva, como tais abonos não tem natureza salarial, visto que para isso devem ter as seguintes características: habitualidade, periodicidade e uniformidade, o que não ocorre no caso concreto, uma vez que concedidos eventualmente, como prêmio pelos lucros obtidos pela empresa, eles não farão parte do salário de contribuição, pois não se prestam como fator corretivo do salário de benefício.

Ressalte-se que os abonos ou outros benefícios esporádicos concedidos pela CELPE aos seus empregados, não podem se confundir com reajustes salariais. Somente os percentuais de reajustes salariais repercutem nos benefícios de aposentadoria dos participantes da CELPOS.



249-A

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Demais disso, os apelados nunca contribuíram com base nas verbas requeridas, seja para a previdência social seja para a previdência complementar, contrariando, pois o Regulamento da CELPOS.

Nessa toada, colaciono jurisprudências deste Tribunal de Justiça, senão vejamos:

EMENTA: - PEDIDO GENÉRICO. INDICAÇÃO DO *AN DEBEATUR*. POSSIBILIDADE DE AMPLA DEFESA DA PARTE CONTRÁRIA. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. ABONOS E ABONOS DE EMERGÊNCIA. VANTAGENS TEMPORÁRIAS AUFERIDAS EXCLUSIVAMENTE PELOS FUNCIONÁRIOS EM EXERCÍCIO, SEM NATUREZA SALARIAL. SUPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DOS INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE.

1 - Não se configura inepta a inicial fundamenta em pedido genérico, no qual é indicado o *an debeatur* – ainda que o *quantum debeatur* seja remetido à liquidação – restando possível, à parte contrária, o exercício da ampla defesa, haja vista as bem elaboradas peças de bloqueio, no sentido do afastamento do direito perseguido.

2 -Tendo em vista que os abonos e abonos de emergência não se configuram reajuste salarial, mas apenas vantagens temporárias a serem auferidas pelos funcionários em exercido, não poderiam estes ser estendidos aos funcionários inativos, como suplementação de benefício previdenciário, mormente quando tal situação não se encontra prevista no regulamento da entidade apelante, o qual estabelece que ganhos reais, consistentes nos reajustes que ultrapassem os valores do IGPM da fundação Getúlio Vargas, deve ser somados, unicamente, aos salários daqueles que permanecem em atividade. Ap.Cível nº 113503-3. Des. Rel. Adalberto de Oliveira Melo. Data julgamento: 22/04/2009.

EMENTA : CIVIL – PREVIDÊNCIA PRIVADA – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE SUPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO C/ COBRANÇA DE PARCELAS ATRASADAS.

Preliminar da inépcia da inicial – o pedido deve ser certo e determinado, mas a lei não afasta o pedido genérico – pretensões que facilmente se compreende pela descrição da peça exordial – preliminar rejeitada – decisão unânime.



250

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Preliminar de inadequação do procedimento escolhido – ausência de prejuízo – satisfeitas as exigências dos arts. 282 a 284, CPC – Preliminar rejeitada – a unanimidade.

Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam – celpe – Lei nº 6436/77 – inexistência de vínculo de solidariedade – personalidade jurídica da patrocinadora distinta da fundação celpos – preliminar acolhida – extinto o processo sem julgamento de mérito em relação a celpe – art. 267, I e 295, II, CPC – invertido o ônus sucumbencial – honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor dado a causa. Decisão unânime.

Mérito – Atualização de suplementação de aposentadoria – paridade limitada pelo regulamento da previdência privada – ganhos reais dos ativos – exclusão dos índices de reajuste – suplementação do benefício repousa em base contributiva – abono que tem natureza de prêmios não fazem parte do salário de contribuição, pois não se presta como fator corretivo do salário benefício – art. 202, CF/88 e Art. 136 da CLPS – apelo provido – invertido o ônus sucumbencial – honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa. Decisão unânime.

Diante do exposto, considerando que o juízo *a quo* restou equivocado, dou provimento ao recurso para reformar a sentença vergastada, voto no sentido de excluir a Celpe – Companhia Energética de Pernambuco do pólo passivo da relação, bem como de julgar improcedente o pedido atorial, invertendo-se o ônus sucumbencial e honorários advocatícios no valor de 15% (quinze por cento).

É como voto.

Recife, 16 de 12 de 2009.

ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA
Relator